



Resumo de Notícias

01/04/2016 - Sinttel-ES

Chegou ao fim processo 1471/84 com derrota para ex-telestianos

Depois de 20 anos tramitando na Justiça, chegou ao fim e sem sucesso para os/as trabalhadores, o processo que tentava receber da antiga Telest (depois Telemar e hoje Oi) o valor real das ações da Telebrás, correspondentes a um terminal telefônico, pago pela empresa como quitação de Participação nos Lucros (PL) em 1990. A justiça entendeu que os 1.300 beneficiários do acordo de PL não têm direito a essa reparação. Essa notícia acaba de vez com as esperanças de centenas de ex-telestianos/as que esperavam receber a parte que faltava nesse acordo.

O sindicato recorreu ao Tribunal Regional da 17ª Região (TRT_ES) que manteve o entendimento da primeira instância. O Sindicato, então recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, que também manteve as decisões anteriores. Por último, o sindicato recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), que também confirmou todas as decisões anteriores. Constata-se, assim, que foram propostos recursos até a última instância da Justiça Brasileira, sem êxito. O último recurso finalizou em fevereiro de 2016.

Para entender o processo

A história desse processo remonta a 1990, quando a antiga Telest ofereceu um terminal de telefone – que também dava direito a ações da Telebrás – como pagamento de débitos de PL referentes aos anos de 1986 a 1989. “A Telest daria para cada empregado que tivesse trabalhado, pelo menos parte do ano de 1986, um carnê referente a um terminal quitado no valor de CR\$ 87.750,00 (valor do telefone em maio de 1990), como quitação da Participação dos Lucros devida, referente ao ano de 86 a 89. Comprometendo-se também a entregar este carnê quitado num prazo máximo de trinta dias”, disse o presidente da Telest, num assembleia do conselho administrativo.

E os/as trabalhadores aceitaram, porque telefone era um bem caro e de difícil acesso. A população tinha que se inscrever nos planos de expansão e ficar esperando por uma linha, o que, na maioria das vezes, demorava anos.

Então, foi feito um acordo na Justiça entre a empresa e o Sinttel e que beneficiava 1.300 empregados/as.

Durante 24 meses, os/as beneficiários receberam no contracheque um crédito, que era automaticamente descontado, correspondente às parcelas de pagamento do terminal. Isso visava, somente, a diluição da carga tributária e de encargos sociais/imposto de renda, “pois não se tratava de um contrato de compra e venda normal e, sim, de uma troca, onde os trabalhadores eram credores de uma importância em moeda corrente (a dívida da PL) e efetuaram um acordo de troca, por um conjunto de bens, pertencentes a empresa (um telefone). Deste modo, a troca é sempre efetuada à vista, embora o objeto de troca seja entregue depois”, disse o advogado do Sinttel-ES Ângelo Latorraca. E assim foi feito.

Pelo terminal telefônico, cada trabalhador/a recebeu as ações integralizadas da Telebrás. Porém, um detalhe chamou a atenção. Na data de homologação do acordo de PL, quando os trabalhadores receberam o terminal telefônico, ele correspondia a um número de ações; dois anos depois esse número de ações era outro e, portanto, os beneficiados tinham direito a receber individualmente mais 115.073 ações remanescentes, objeto do acordo judicial.

Em 1995, o Sinttel-ES – convencido por duas IMPORTANTES perícias contábeis e amparado também pelos argumentos jurídicos da magistrada Ana Maria Mendes do Nascimento -, ingressou com um processo na Justiça Trabalhista, questionando o Acordo de PL e pedindo a diferença do número de ações. E aí começou a primeira batalha.

A empresa alegava que o Sindicato havia perdido o prazo para questionar o acordo. E o pior, a Justiça já tinha até incinerado os documentos. O escritório de advocacia Joaquim Silva, contratado do Sinttel, à duras penas conseguiu remontar o processo e foram 16 anos de tramitação nos tribunais superiores, passando pelo TST e STF, até ficar provado que não havia prescrição do prazo para o ajuizamento da ação.



Resumo de Notícias

Em 2011, o processo retornou ao TRT-ES, em Vitória, para o julgamento do mérito, ou seja, para finalmente decidir se os beneficiários tinham direito à correção dos valores das ações. Daí iniciou-se a segunda batalha.

Ângelo fez um memorial, explicando todo processo, já que havia se passado 16 anos, mas não convenceu os desembargadores. Depois de inúmeras audiências e pedido de "vistas" por alguns deles, o processo foi julgado e o resultado foi favorável à Oi/Telemar.

Os/as trabalhadores/as foram derrotados por 6 votos contrários dos desembargadores Gerson Fernando, Mario Cantarino, Denise Marsico, Antônio Carvalho, Marcelo Mancilha e Wanda Lucia. Os outros cinco nem precisaram votar.

Daí em diante, o Sinttel-ES recorreu ao TST, em Brasília, que não mudou a decisão do tribunal capixaba, assim como o STF que aceitou os argumentos da Oi/Telemar.

05/04/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – O tiroteio do novo modelo

As declarações dos representantes do Grupo de Trabalho que proporá as bases para um novo modelo de prestação de serviços em telecomunicações no Brasil provocaram um verdadeiro tiroteio entre eles.

Integrado pelo Ministério das Comunicações, Anatel e Legislativo, o GT está dividido entre vários pontos de vista. A proposta da Anatel, de manter o regime público para pontos específicos do território nacional convivendo com autorizações para o restante do país, foi recentemente emendada para a criação de um denominado "Serviço Convergente", ainda sem grandes esclarecimentos e discussões.

No Ministério das Comunicações, por sua vez, a ideia é substituir os regimes público e privado na prestação de serviços por uma "autorização com mais obrigações". Já o Legislativo cria requisitos mais restritivos para que um serviço seja considerado em regime público. Como se sabe, um serviço em regime público é o que tem estabelecidas metas de universalização, modicidade tarifária, continuidade do serviço e institui bens reversíveis à União ao final do contrato de concessão. Obrigações estas que não vêm sendo cumpridas para o único serviço em regime público que temos, a telefonia fixa.

Todas as iniciativas acima partem do princípio de dar uma flexibilidade regulatória para os prestadores de serviço. Ora, uma maior liberdade na legislação de serviços poderia até ser considerada se o cenário das telecomunicações nacionais estivesse com resultados adequados em seus principais indicadores, o que não é o caso. Senão, vejamos:

. o Brasil está em 61º lugar em índice de recursos de TICs e em 68º em uma cesta de tarifas, de acordo com o Relatório da União Internacional de Telecomunicações (UIT);

. ocupa o 84º lugar em disponibilidade de conexões de rede, segundo o Relatório do World Economic Forum (WEF) e o 93º lugar em média de velocidade de internet (Relatório da Consultoria Akamai);

. a balança comercial de eletroeletrônicos tem registrado seguidos déficits anuais, totalizando cerca de 30 bilhões de dólares (Relatório da Abinee);

. não tem atingido índices de qualidade nos diversos serviços (Relatório 2015 da Anatel, recém divulgado).

O Instituto Telecom entende que as modificações na atual legislação das telecomunicações devem ser amplamente colocadas em discussão pelo Minicom e Anatel, envolvendo os diversos segmentos da sociedade por meio de audiências e consultas públicas. Esses mecanismos de participação é que vão, efetivamente, atender aos interesses dos usuários, diminuindo as desigualdades de atendimento e melhorando a qualidade dos serviços que venham a ser disponibilizados.

O Instituto Telecom defende que a banda larga, dada à sua essencialidade determinada pelo Marco Civil da Internet, deve ser prestada em regime público, como determina a LGT, de forma a dar maiores possibilidades de controle de sua qualidade, universalidade, modicidade tarifária e continuidade por parte do agente regulador e fiscalizador, proporcionando uma melhora nos seus índices de atendimento.

Resumo de Notícias

05/04/2016 - CUT

Quem vai pagar o pato do impeachment?

Principal símbolo contra CPMF agora é usado a favor do golpe

Esta afirmação é de uma campanha da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) que começou quando surgiram conversas sobre o possível retorno da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e agora está sendo usada pela entidade, que representa os empresários, como um dos principais símbolos do impeachment.

Não vou pagar o pato. Nós quem, cara pálida?

Para o economista e professor na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Guilherme Mello, para saber quem vai pagar o pato deste golpe é só ler o projeto do PMDB, 'Uma ponte para o futuro', parceiro da FIESP e que assumirá o Poder caso o impeachment dê certo.

Segundo Guilherme, a diminuição do Estado que propõe o projeto nada mais é que acabar com a saúde pública, Previdência, educação pública. "Isso interessa somente aos ricos e empresários deste país".

Trecho do documento do partido do vice-presidente Michel Temer, o PMDB, sigla que abandonou o governo na tarde desta terça (29) comprova o que o professor afirma:

"Para recuperar a crise será necessário um ajuste de caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas. As despesas públicas primárias, ou não financeiras, têm crescido sistematicamente acima do crescimento do PIB, a partir da Constituição de 1988. Em parte, esses aumentos se devem a novos encargos atribuídos ao Estado pela Constituição, muitos deles positivos e virtuosos, na área da saúde, da educação e na assistência social".

A economista do Departamento Intersindical de Esta-



tística e Estudos Socio-econômicos (DIEESE), Adriana Marcolino, lembrou de um documento que a CNI (Confederação Nacional da Indústria) apresentou em seu encontro anual em dezembro de 2012, que propõe alteração em 101 pontos da legislação trabalhista brasileira revendo "a rigidez da legislação

trabalhista, a burocracia e a insegurança jurídicas crescentes, o excesso de obrigações acessórias no salário, a formação de passivos trabalhistas e previdenciários incalculáveis, a existência de instituições do trabalho não alinhadas ao aumento da competitividade e o elevado risco de gerar empregos."

"Segundo a entidade, a proposta busca modernizar as relações de trabalho, atualizando a legislação para o momento atual reduzindo os custos de trabalho, sem contanto, em sua avaliação, reduzir salários ou direitos dos trabalhadores", afirma ela.

Guilherme frisou de que lado a FIESP está: "Você acha mesmo que a Fiesp está preocupada com a aposentadoria do povo? Eles querem reduzir direitos sociais e trabalhistas. O mundo ideal para eles [os empresários] é que o trabalhador se aposente cada vez mais tarde, ganhando cada vez menos e sem direito a nenhum serviço público e de qualidade".

Além da Previdência, outros direitos correm risco nesta parceria PMDB e FIESP: Política Nacional do Salário Mínimo, Sistema Único de Saúde, ENEM, ProUni, Minha Casa Minha Vida, entre outras políticas sociais implementadas nos últimos 13 anos.

Leia mais em:

<http://www.cut.org.br/noticias/quem-vai-pagar-o-pato-do-impeachment-efbc/>



Resumo de Notícias

04/04/2016 - CUT

Golpe representa risco ao Sistema Único de Saúde

Em manifesto, entidades afirmam que a agenda dos que defendem o impeachment é contra o SUS

Nesta quarta (6), às 18h, na Faculdade de Saúde Pública da USP (avenida dr. Arnaldo, 715), haverá ato de entidades que defendem e constroem o SUS em defesa da democracia e contra o golpe. A militância entende que o SUS, concebido durante a elaboração da Constituição de 1988, é essencialmente democrático, pois visa atender todos os brasileiros e é público. Grupos opositoristas ao SUS - entre os quais muitos que hoje defendem o impeachment - já defenderam, em inúmeras ocasiões, formas de privatizar o SUS.

No Estado de São Paulo, por exemplo, vários hospitais públicos hoje são administrados pelas chamadas Organizações Sociais, entidades privadas que gerem os recursos públicos e dirigem as unidades de saúde segundo critérios próprios a cada estilo de organização.

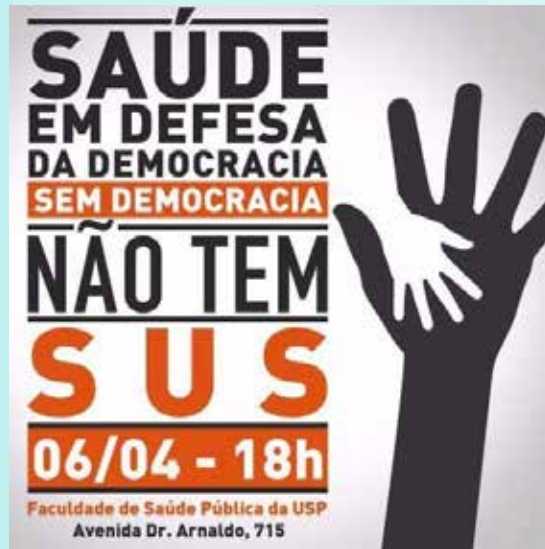
Leia o manifesto da saúde:

"A SAÚDE EM DEFESA DA DEMOCRACIA – NÃO AO GOLPE !!!

Nós, militantes da saúde (usuários, gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades de trabalhadores, docentes, pesquisadores, residentes, estudantes, conselheiros e ativistas de movimentos populares da saúde), que dedicamos nossas vidas nas últimas décadas ao processo de construção e implementação do Sistema Único de Saúde, a partir da visão de que a saúde é um direito social, de cidadania e, portanto, um dever do Estado, manifestamos o nosso repúdio a qualquer tentativa de impeachment de uma presidenta eleita pelo voto popular descumprindo o estabelecido na Constituição.

O impedimento de quem galgou o posto de presidenta da República sem que tenha cometido crime de responsabilidade, devidamente comprovado, é GOLPE. Golpe também sobre os avanços democráticos, na atenção universal e gratuita representados pelo SUS.

Compreendemos que a promoção, a produção da saúde e o enfrentamento dos determinantes sociais, que



possam garantir vida com mais qualidade e saúde para a nossa população, são indissociáveis da garantia de direitos sociais e da democracia, conquistados com muita luta e ameaçados. Aqueles que não obtiveram aprovação nas urnas e que se associam aos interesses de empresários e financistas inescrupulosos, setores do judiciário e da mídia, mancomunados para produzir atalhos que poderão escrever, se tiverem êxito, uma história de trevas e atraso para o nosso país.

Nós, que prezamos e lutamos pela democracia, não podemos

aceitar essa afronta ao Estado Democrático de Direito.

Saúde, democracia e cidadania em nosso país foram conquistas estabelecidas no contexto da luta política pela redemocratização. Também execramos a corrupção e esperamos que o país seja passado a limpo. Todos que cometeram ilícitos – mas todos mesmo – devem ser investigados e punidos, dando-lhes o direito de responderem as acusações respeitado o devido processo legal. Não vamos permitir retrocessos. Conclamamos todos os democratas a se unirem na luta pela democracia e contra o golpe.

Repudiamos também o clima de ódio fomentado. Se nos calarmos diante desta ilegalidade democrática, estaremos nos calando diante da intolerância com o desigual, diante da violência contra a comunidade LGBTT, mulheres, negros periféricos. Respeito à diferença coerente com os princípios do SUS como a equidade.

O SUS sofre há muitos anos com ataques constantes dos mesmos setores da mídia que apoiam hoje o golpe. Uma política pública ameaçada de ampliar seu desfinanciamento com a agenda apresentada por grupos golpistas, com graves consequências à universalidade, integralidade e equidade.

Só existe SUS na democracia!

Saúde é luta!!!

Não vai ter golpe!!!

05/04/2016 - Rede Brasil Atual

Dados do IBGE mostram que exploração do trabalho infantil volta a crescer no país



Antes do aumento registrado em 2014, o número de crianças usadas como mão de obra vinha caindo

A exploração da mão de obra infantil no país cresceu 4,5% em 2014 em relação a 2013, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2013, havia 3,188 milhões de crianças e adolescentes na faixa de 5 a 17 anos de idade trabalhando e o contingente subiu para 3,331 milhões em 2014.

Os dados fazem parte de uma publicação da Fundação Abrinq lançada hoje (5) que reúne os indicadores relacionados à infância e adolescência divulgados por órgãos oficiais no Brasil. A ideia é, segundo a administradora executiva da fundação, Heloisa Oliveira, mostrar como os problemas envolvendo os jovens estão ligados entre si. "São coisas que vistas isoladamente podem não dizer nada, mas, de forma combinada, você enxerga áreas que precisavam receber atenção e desenvolvimento", disse.

No caso da exploração da mão de obra infantil, antes do aumento registrado em 2014, o número de

crianças usadas como mão de obra vinha caindo. "O mais preocupante é que esses dados ainda não refletem a crise econômica que a gente está vivendo", disse Heloisa.

Para a administradora executiva, o dado do aumento do trabalho infantil é um indicativo de problemas interligados. "As famílias estão tendo mais dificuldade de se sustentar e estão, cada vez mais, utilizando as crianças no trabalho infantil para complementação da renda. É uma sinalização de vulnerabilidade social aumentando".

Acesso a creches

A publicação da Fundação Abrinq também traz estatísticas compiladas no Cenário da Infância e Adolescência – 2016 que mostra que, segundo o Ministério da Educação, em 2014, 25,7% das crianças de até 3 anos estavam matriculadas em creches.

"Esse é um dado que é importante porque poderá levar a outros dados negativos. Uma família de vulnerabilidade social, em que a mãe precisa trabalhar para prover o sustento da família. Se ela não tiver um espaço protegido para deixar a criança, essa criança vai estar muito mais vulnerável a situações de violência", disse Heloisa.

Para a administradora da Fundação Abrinq é especialmente importante dar atenção a essas situações neste ano, quando vão acontecer as eleições para prefeitos e vereadores. "Nas eleições municipais a gente escolhe o principal gestor das políticas públicas para infância", diz. Segundo Heloisa, cabe ao Executivo Municipal viabilizar a maior parte das políticas públicas ligadas a educação e a saúde da infância. "É um ano importante da gente ter essas informações para refletir sobre isso e cobrar dos candidatos o que eles pensam em fazer a respeito dessas questões".